

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2023.

Nome do manifestante: Leonardo Ribeiro dos Santos

**EMENTA: PEDIDO DE ACESSO A INFORMAÇÃO DE
RELATORIO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL.
PROCESSO SIGILOSO. PEDIDO INDEFERIDO.**

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído Documento para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir transcrito:

Prezado Sr. Leonardo Ribeiro dos Santos Prezado Sr. Ouvidor, venho solicitar o relatório de auditoria governamental referente aos achados de auditoria, objeto do processo TCE nº 218.978-6/14.

Submetido o pedido de acesso à informação ao setor especializado, em obediência ao disposto no artigo 12, da Resolução 275/13, foi apresentada a seguinte resposta:

“o referido processo é sigiloso motivo pelo qual seus documentos não estão disponíveis para consulta no portal do TCE/RJ”.

Em consulta ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos (Scap) deste Tribunal, foram identificadas 2 Auditorias Governamentais de Monitoramento (Processos TCE-RJ nº 226.452-6/17 e nº 220.374-5/20), realizadas com o objetivo de verificar o cumprimento do Plano de Ação apresentado pelo Município de Nilópolis, para gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), em decorrência de decisão proferida no âmbito do processo mencionado na solicitação, cujas imagens são disponibilizadas para consulta, **sempre após cada decisão**, em <https://www.tcerj.tc.br/consulta-processo/processo>.

Prossegue ressaltando que *“em pesquisa no SISOUV, encontramos manifestação anterior em nome do requerente, nº. 238.038.638.968, no qual foram solicitadas cópias dos relatórios de auditoria governamental do município de Nilópolis, constantes nos autos dos processos TCE-RJ nº 218.978-6/14 e TCE-RJ nº 226.452-6/17”*, oportunidade em que foram prestadas as informações necessárias acerca da possibilidade de obtenção das cópias pretendidas e informada a impossibilidade de atendimento do pedido em relação ao processo protegido pelo sigilo.

Por fim, ressalte-se a incidência do artigo 2º, § 2º, c/c artigo 10, § 4º, da Resolução TCE-RJ nº 275/13 e a consequente *“impossibilidade do fornecimento de cópias de informações e peças processuais”*.

Informamos que pedido de acesso à informação, elogios, dúvidas e reclamações devem ser encaminhadas **PREFERENCIALMENTE NA**

PÁGINA DA OUVIDORIA DO TCE-RJ, por meio do formulário a ser preenchido, através do seguinte link: <https://tcerj.ond.com.br/ouvidoria/externo/cadastro.do>

Tratando-se de Pedido de acesso à informação dentro do formulário selecione o **CANAL** “Lei de Acesso à Informação”. Além disso, havendo o indeferimento do pedido, haverá a possibilidade de recurso nos termos do artigo 13, da Resolução nº 275/13.

Por fim, sugerimos que seja consultada a página da Ouvidoria do TCE-RJ na internet, objetivando acessar os livros digitais e Guia da Ouvidoria, para que se possa conhecer melhor o assunto.

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro agradece o seu contato.

Atenciosamente,
Ouvidoria do TCE-RJ